



Nova Esperança do Sul, RS, 12 de setembro de 2025.

OF.GAB. n.º 290/2025

Senhora Presidente,

Ao cordialmente cumprimentá-la, sirvo-me do presente para encaminhar para apreciação dessa Excelsa Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Projeto de Lei nº 061/2025: **“AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, EM CARÁTER EMERGENCIAL E POR TEMPO DETERMINADO, DE 01 (UM) SERVIDOR PARA O CARGO DE MONITOR DE ESCOLA.”**

Na oportunidade, renovo votos de respeito e consideração aos integrantes dessa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**  
Prefeito Municipal

**Excelentíssima Senhora  
MARILIA MARIANO BARTMANN  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Nova Esperança do Sul - RS**

Rua Marquês de Tamandaré, 1470 – CEP: 97770-000 | Fone/Fax: (55) 3250-1150 e 3250-1060



*“Capital da Bota”*





**PROJETO DE LEI Nº 061, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025**

**AUTORIZA A CONTRATAÇÃO  
TEMPORÁRIA, EM CARÁTER  
EMERGENCIAL E POR TEMPO  
DETERMINADO, DE 01 (UM) SERVIDOR  
PARA O CARGO DE MONITOR DE  
ESCOLA.**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter emergencial e temporário, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e inciso IV do art. 19 da Constituição Estadual, 01 (um) servidor para o cargo de Monitor de Escola para atuar junto à Secretaria de Educação do Município de Nova Esperança do Sul/RS.

**§ 1º** - Considera-se caráter emergencial, para os efeitos desta Lei, a falta deste profissional à prestação dos Serviços Municipais.

**§ 2º** - A contratação prevista neste artigo terá vigência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, no caso de continuidade das atividades previstas no § 1º deste artigo.

**§ 3º** - A contratação prorrogada nos termos do § 2º poderá ser rescindida antes do término do prazo previsto, por deliberação do contratante.

**§ 4º** - A contratação emergencial de que trata o "caput" deste artigo fica condicionada ao atendimento do previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e não se constitui em títulos para cálculo de pontos em Concurso Público.

**Art. 2º.** A contratação que trata a presente Lei obedecerá à ordem de classificação do Processo Seletivo já realizado pelo Poder Executivo e em vigor.



**Art. 3º.** Havendo desistência de candidato selecionado, será contratado em seu lugar o candidato cuja classificação tiver sido imediatamente inferior à do desistente.

**Art. 4º.** O contrato temporário de que trata esta Lei será regido, no que couber, pelo regime jurídico estatutário disciplinado pela Lei Municipal nº 106, de 26 de abril de 1991 e demais legislações aplicáveis ao cargo.

**Art. 5º** A contratação de que trata esta Lei terá a carga horária de trabalho, remuneração e atribuições para desempenho da função de acordo com os critérios estabelecidos no Processo Seletivo no qual o candidato estiver inscrito.

**Art. 6º.** O Contrato Administrativo a ser firmado será extinto sem direito à indenização, por iniciativa da Administração, se o contratado praticar qualquer ato de irregularidade previsto em Lei, ou ao cessar a situação emergencial que motivou a realização da contratação.

**Parágrafo Único.** Qualquer das partes poderá denunciar o contrato antes de seu termo final, desde que proceda à notificação da outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes do objeto desta Lei correrão às expensas da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**  
**Prefeito Municipal**



**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 061, DE 12 DE SETEMBRO DE 2025**

**AUTORIZA A CONTRATAÇÃO  
TEMPORÁRIA, EM CARÁTER  
EMERGENCIAL E POR TEMPO  
DETERMINADO, DE 01 (UM) SERVIDOR  
PARA O CARGO DE MONITOR DE  
ESCOLA.**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**Senhora Presidente,  
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,**

Encaminho a essa excelsa Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a contratar em caráter emergencial e temporariamente um servidor para o cargo de Monitor de Escola para atuar junto à Secretaria de Educação do Município de Nova Esperança do Sul, RS.

Conforme Memorando 2.103/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contratação se faz necessária para a substituição de servidora que assumiu vaga em outro processo seletivo:

"[...]"

A necessidade da monitora é de extrema importância para nos auxiliar no preparo do almoço no turno da manhã e de tarde para auxiliar a turma do 2º ano que é bastante numerosa e difícil de trabalhar, com várias crianças com diagnóstico que precisam de ajuda para realizar as atividades, portanto para que possamos dar um atendimento de qualidade aos alunos pedimos com urgência a mesma.

. [...]"

A presença do monitor escolar é fundamental para garantir o acolhimento, a segurança e o desenvolvimento integral dos alunos atendidos. Dada a especificidade das necessidades dos mesmos, que frequentemente demandam



apoio individualizado, torna-se indispensável a atuação de um profissional capacitado para oferecer esse acompanhamento.

O monitor atua como um elo entre o educador e o aluno, facilitando a participação nas atividades escolares, promovendo a inclusão e assegurando que cada estudante receba a atenção necessária para seu progresso. Sem esse acompanhamento, corre-se o risco de comprometer a qualidade do atendimento educacional e o bem-estar dos alunos, além de sobrecarregar os demais profissionais da instituição.

Logo, a contratação pretendida se mostra necessária, visando assegurar a continuidade do serviço público e o desempenho de funções públicas essenciais à coletividade.

Portanto, a contratação de um monitor não é apenas uma medida de apoio, mas uma ação essencial para garantir os direitos dos alunos com deficiência à educação de qualidade, com equidade e respeito à diversidade.

Sendo assim, na expectativa de aprovação da presente mensagem, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Pelo referido acima, rogamos a apreciação e aprovação deste Projeto de Lei, **em regime de urgência**, por essa Casa Legislativa.

Gabinete do Prefeito Municipal, RS, 12 de setembro de 2025.

**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**  
Prefeito Municipal



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A147-199B-5D49-7BC3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR (CPF 004.XXX.XXX-58) em 12/09/2025 10:43:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://novaesperancadosul.1doc.com.br/verificacao/A147-199B-5D49-7BC3>